CONSIDERANDO o Provimento-Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO o Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO o Aviso nº 74, de 4 de novembro de 2020, que “avisa sobre a implementação do novo sistema do 'Módulo Receitas-Despesas' para os serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais, a partir de 1º novembro de 2020, e presta outras informações”;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0048045-66.2021.8.13.0000,

AVISA a todos os magistrados, servidores, notários e registradores do Estado de Minas Gerais e a quem mais possa interessar que foram disponibilizados os seguintes extratos e relatórios no menu Receitas e Despesas, submenu Planilha, do Sistema Integrado de Apoio à Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - SISNOR WEB:

I - Planilha Extrato Receitas e Despesas Por Período (Mês/Ano), disponível para juízes diretores de foro e respectivos assistentes, servidores e funcionários da Gerência de Orientação e Fiscalização dos Serviços Notariais e de Registro - GENOT e Coordenações a ela vinculadas;

II - Planilha Extrato Receitas e Despesas Por Serventia, disponível para juízes diretores de foro e respectivos assistentes, servidores e funcionários da GENOT e Coordenações a ela vinculadas e responsáveis por serventias extrajudiciais vagas, sob intervenção ou com responsável temporário (em razão de pena de suspensão);

III - Relatório de bens adquiridos no período, disponível para juízes diretores de foro e respectivos assistentes, servidores e funcionários da GENOT e Coordenações a ela vinculadas e responsáveis por serventias extrajudiciais vagas, sob intervenção ou com responsável temporário (em razão de pena de suspensão);

IV - Relatório de folha de pagamento de funcionários, disponível para juízes diretores de foro e respectivos assistentes, servidores e funcionários da GENOT e Coordenações a ela vinculadas e responsáveis por serventias extrajudiciais vagas, sob intervenção ou com responsável temporário (em razão de pena de suspensão).

AVISA também que o uso dessas ferramentas não substitui o acesso ao módulo Receitas e Despesas, disponível no endereço <https://sisnorreceitasdespesas.tjmg.jus.br>, nem a verificação do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa para cumprimento do inciso IX do art. 44 do Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018 e do art. 49 do Provimento-Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020.

AVISA, por fim, que a ferramenta disponível no submenu Recibos do menu Receitas e Despesas do SISNOR WEB só contempla declarações enviadas, por meio do antigo módulo, até outubro de 2020 (serventias relacionadas no anexo único do Aviso nº 74, de 4 de novembro de 2020) ou novembro de 2020 (demais serventias vagas, sob intervenção ou com responsável temporário).

Belo Horizonte, 8 de agosto de 2022.

(a) Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR
Corregedor-Geral de Justiça

AVISO Nº 47/CGJ/2022

Avisa sobre a necessidade de padronização ou conversão dos arquivos de mídias de vídeo, áudio e imagem e de arquivos compactados a serem apresentados em processos judiciais que tramitam em meio físico.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça - CGJ nº 355, de 18 de abril de 2018, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 314, de 20 de abril de 2020, “prorroga, no âmbito do Poder Judiciário, em parte, o regime instituído pela Resolução nº 313, de 19 de março de 2020, modifica as regras de suspensão de prazos processuais e dá outras providências”;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 6º da Resolução CNJ nº 314, de 2020, os tribunais poderão, mediante digitalização integral ou outro meio técnico disponível, virtualizar seus processos físicos, que passarão a tramitar na forma eletrônica;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Casa Corregedora que vêm sendo apresentados, nas sessões de julgamento, arquivos de áudio e vídeo diferenciados para a abertura e exibição de mídias apresentadas pelas partes, em formatos proprietários fechados, diferentes daqueles adotados como padrão pelo mercado;

CONSIDERANDO que o formato proprietário fechado é o formato de arquivo coberto por uma patente ou copyright e que suas especificações não são de domínio público e só pode ser reproduzido nos aplicativos de seus próprios desenvolvedores, necessitando, em alguns casos, a aquisição das respectivas licenças;

CONSIDERANDO que os equipamentos alocados para os usuários do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG não possuem as licenças específicas e não possibilitam a abertura de determinados formatos proprietário fechado, propiciando o adiamento de sessões plenárias, tumultuando a pauta e gerando impasses ao regular trâmite dos processos, prejudicando a prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO a política adotada pelo TJMG, quanto à padronização da plataforma tecnológica, constituída por softwares (sistemas) e hardwares (equipamentos) e comunicação de dados (redes), de forma a atender plenamente as demandas das diversas áreas;

CONSIDERANDO as soluções tecnológicas de softwares (aplicativos de terceiros) homologados pelo TJMG e disponibilizados nos equipamentos dos usuários;

CONSIDERANDO o que constou no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0340806-26.2022.8.13.0024,

AVISA aos juízes de direito, aos servidores da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, aos advogados públicos e privados, aos representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e a quem mais possa interessar que os arquivos de mídias e os arquivos compactados apresentados em processos judiciais, quando não compatíveis com um dos formatos proprietários aberto ou open source adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, também deverão ser disponibilizados ou convertidos em um dos formatos constantes do Anexo deste Aviso ou, preferencialmente, convertidos aos formatos compatíveis com o Processo Judicial Eletrônico - PJe, de modo que possam ser exibidos nos equipamentos utilizados pelo TJMG sem restrições ou necessidade de aquisição de softwares próprios.

AVISA, ainda, que em caso de necessidade de conversão de arquivos de mídias de vídeo, áudio e imagem, devem ser preservadas as especificações técnicas do arquivo de origem, de modo a manter a qualidade original, observando-se principalmente:

I - arquivos de vídeo: resolução, bitrate (taxa de bits) de áudio e vídeo, taxa de quadros, taxa de amostra e canais de áudio;

II - arquivos de áudio: bitrate (taxa de bits) taxa de amostra e canais de áudio;

III - arquivos de imagem: resolução, profundidade de cor, sem ou baixa compressão.

Belo Horizonte, 9 de agosto de 2022.

(a) Desembargador LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR
Corregedor-Geral de Justiça

ANEXO DO AVISO Nº 47/CGJ/2022

TIPO DE ARQUIVO	EXTENSÃO	ACEITABILIDADE
Imagem	jpeg	Preferencial (compatível PJe)
	jpg	Preferencial (compatível PJe)
	png	Preferencial (compatível PJe)
	bmp	Aceito
	tiff	Aceito
	webp	Aceito
Áudio	mp3	Preferencial (compatível PJe)
	mpeg	Preferencial (compatível PJe)
	mpeg3	Preferencial (compatível PJe)
	mp4	Aceito
	webm	Aceito
	ogg	Aceito
	wav	Aceito
	wma	Aceito

TIPO DE ARQUIVO	EXTENSÃO	ACEITABILIDADE
	aac	Aceito
	ac3	Aceito
	cda	Aceito
Vídeo	mp4	Preferencial (compatível PJe)
	mpeg	Aceito
	mpg	Aceito
	ogg	Aceito
	mov (quicktime)	Aceito
	avi	Aceito
	wmv	Aceito
	asf	Aceito
	rmvb (real media)	Aceito
	rmv (real media)	Aceito
	mkv	Aceito
Compactados	zip	Aceito
	tar	Aceito
	rar	Aceito
	7z	Aceito

AVISO Nº 48/CGJ/2022

Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 32 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução do Tribunal Pleno nº 3, de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO o Provimento nº 355, de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 311 do Provimento nº 355, de 2018, estabelece que as citações somente serão realizadas em meio eletrônico quando houver autorização expressa do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG;

CONSIDERANDO que a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.058, de 29 de agosto de 2017, “regulamenta o procedimento de citação, por meio eletrônico, nos processos que tramitam no Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Justiça Comum de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, inclusive nos Juizados Especiais e torna sem efeito o item II dos Avisos da Corregedoria-Geral de Justiça nº 23, de 13 de julho de 2016, nº 41, de 24 de outubro de 2016, e nº 45, de 18 de novembro de 2016”;

CONSIDERANDO a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.159, de 22 de agosto de 2019, que “dispõe sobre o cadastramento de pessoas jurídicas de direito privado para o recebimento de citações de forma eletrônica, nos processos que tramitam no Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe”, na Justiça Comum de Primeira Instância e no Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO o que ficou consignado nos processos do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0070141-46.2019.8.13.0000, nº 0007278-25.2017.8.13.0000 e nº 0011449-25.2017.8.13.0000,

AVISA aos juízes de direito, servidores, advogados públicos e privados, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como aos demais interessados que:

I - a partir da publicação deste Aviso, nas comarcas em que o Sistema “Processo Judicial Eletrônico - PJe” estiver implantado, observado, imprescindivelmente, o disposto na Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 5.058, de 29 de agosto de 2017, a citação deverá ser eletrônica em todos os processos que tramitam no Sistema PJe, inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas no Anexo Único deste Aviso;

II - nos embargos à execução fiscal e no cumprimento de sentença, a intimação inicial das pessoas jurídicas mencionadas no Anexo Único deste Aviso será realizada por meio eletrônico;